



8º CIAP
ABAP 50 ANOS
Raízes e Horizontes de uma trajetória
de ação pelas paisagens brasileiras

Apropriação mercadológica da paisagem e do patrimônio na promoção turística em Porto Seguro (BA)

SESSÃO TEMÁTICA 4: DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Charles Andrade Pereira
Mestrando; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP)
E-mail: charlesandrade@usp.br

Matheus Cleber Melo Garcia
Mestrando; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP)
E-mail: matheuscmgarcia@usp.br

Eulalia Portela Negrelos
Livre Docente; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP)
E-mail: negrelos@sc.usp.br

RESUMO

Este artigo discute a apropriação da paisagem natural e do patrimônio histórico de Porto Seguro (BA) pelo mercado turístico, problematizando as tensões entre preservação e exploração econômica. Fundamentado em revisão bibliográfica sobre paisagem, patrimônio e turismo, complementada por pesquisa documental e visitas de campo, o estudo analisa como o município, tombado em 1968 e elevado à condição de Monumento Nacional em 1973, foi progressivamente transformado em mercadoria cultural. A investigação demonstra que, a partir da década de 1960, intensificando-se nas décadas de 1970 e 1980, Porto Seguro sofreu um processo de “modernização” que converteu seu centro histórico em vitrine, subordinando o espaço urbano às demandas do consumo turístico. Mobilizando conceitos relacionados ao pensamento *paysager* de Augustin Berque, o artigo evidencia como a ambiência histórica foi suplantado pela objetificação da paisagem como produto de mercado. Conclui-se pela urgência de políticas públicas que conciliem desenvolvimento turístico com preservação patrimonial, garantindo a integridade física, ambiental e paisagística do município.

PALAVRAS-CHAVE: Porto Seguro; paisagem; patrimônio; turismo.

ABSTRACT

This article discusses the appropriation of the natural landscape and historical heritage of Porto Seguro (BA) by the tourism market, highlighting tensions between preservation and economic exploitation. Based on a bibliographic review on landscape, heritage, and tourism—complemented by documentary research and field visits—the study analyzes how the municipality, listed as a heritage site in 1968 and designated a National Monument in 1973, was gradually transformed into a cultural commodity. The research shows that from the 1960s onward, intensifying in the 1970s and 1980s, Porto Seguro underwent a process of “modernization” that turned its historic center into a showcase, subordinating urban space to the demands of tourist consumption. Drawing on concepts from Augustin Berque’s landscape thinking, the article demonstrates how the historical ambience was overtaken by the objectification of the landscape as a market product. It concludes by emphasizing the urgent need for public policies that reconcile tourism development with heritage preservation, ensuring the physical, environmental, and landscape integrity of the municipality.

KEYWORDS: Porto Seguro; landscape; heritage; tourism.

1 INTRODUÇÃO

A valorização da paisagem e do patrimônio, a lógica do mercado na produção do espaço urbano, a transformação do espaço público em vitrine e a conformação do ambiente urbano às expectativas do visitante são aspectos centrais do processo de modernização. Na cidade de Porto Seguro (BA), desde a década de 1980, observa-se uma transição significativa: a cidade vem deixando de ser um lugar de vida para se tornar um objeto de consumo, convertida em mercadoria cultural (Vargas, 2016), planejada prioritariamente para agradar ao olhar e ao desejo do turista.

Porto Seguro (BA) emerge como um caso emblemático, pois sua paisagem natural e seu patrimônio histórico passaram a ser reinterpretados à luz das demandas do mercado turístico, inserindo a cidade em um processo crescente de divulgação e recomposição simbólica do espaço. É a partir dessa chave interpretativa que o artigo busca compreender a apropriação do patrimônio histórico e da paisagem urbana do município. Trata-se de um fenômeno que não apenas mobiliza fluxos econômicos, mas também produz sentidos, imagens e narrativas sobre os lugares, muitas vezes redefinindo suas identidades a partir de expectativas externas.

Segundo Cruz (1999, p. 11), “o turismo no Brasil surge como atividade econômica organizada em meados do século XIX e, na época, utilizava-se integralmente de infraestruturas criadas para outros fins”. Com o tempo, porém, o turismo passou a constituir uma força determinante na transformação e reconstrução dos territórios. Em Porto Seguro, esse processo ganhou impulso com a conclusão do acesso à BR-101¹, que integrou o município ao restante do país e desencadeou um acelerado movimento de transformação e “redescobrimento” do sul da Bahia. A inauguração do aeroporto de Porto Seguro, em 1966, havia afirmado essa dinâmica, além de fatores determinantes como a abertura da BR-367 (1973), que liga a sede à BR-101 (concluída no mesmo ano), consolidando sua integração à malha nacional de turismo, ao conectar diretamente o litoral à BR-101 (Arantes, 2001). Já na década de 1990, Porto Seguro intensificou o comércio imobiliário e vivenciou uma nova onda de abertura de hotéis e pousadas, marcada pela consolidação do turismo de massa² (Arantes, 2001).

No âmbito da região Nordeste, a valorização do setor turístico está fortemente associada à criação do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (Prodetur – NE), iniciado em 1994, sendo esta a macrorregião que mais recebeu incentivos governamentais voltados ao turismo (Cruz, 1999). Essa prioridade se justifica, em grande parte, pela construção discursiva do litoral nordestino como um espaço de natureza “paradisiaca”, como destaca Paiva (2010), a consolidação do Nordeste como importante destino turístico ocorreu ao longo dos anos em razão de suas condições ambientais, como litoral, clima, praias e vegetação, associadas a acontecimentos históricos marcantes, que deixaram expressivos marcos no patrimônio

¹ “Com a inauguração da BR-101, em 22/04/1973, pelo Ministro Mário Andreazza, Porto Seguro transformou-se em importante polo turístico, passando sua população a viver em função da prestação de serviços, com grandes variações sazonais” (IPHAN, processo Nº 800-T-68, p.14, v.3).

² “Turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos de viagem e permitir, consequentemente, que um grande número de pessoas viaje” (Cruz, 2003, p.6).

arquitetônico e cultural da região³. Inserido nesse cenário, Soares (2016) evidencia como o município passou a ser divulgado como uma cidade idealizada e vendida enquanto destino turístico, amplamente promovida pelas mídias digitais.

Diante dessa problemática, o presente artigo propõe a reflexão crítica sobre a apropriação da paisagem natural e do patrimônio histórico pelo mercado turístico na cidade de Porto Seguro (BA). Para tanto, adota-se como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica sobre paisagem (Besse, 2014; Berque, 2023), patrimônio (Giovannoni, 2013) e turismo (Cruz, 1999; 2003; Vargas, 2016), complementada por visitas de campo realizadas junto à Prefeitura Municipal de Porto Seguro e à Secretaria Executiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A investigação incorpora ainda pesquisa documental abrangendo planos e projetos concernentes à temática, com ênfase no processo de Tombamento nº 800-T-68 (1968)⁴, documento fundamental para compreender as dinâmicas de patrimonialização e o desenvolvimento turístico local.

2 UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PAISAGEM, PATRIMÔNIO E TURISMO

A noção de paisagem oferece possibilidades para transcender dicotomias entre o urbano e o natural, constituindo-se como categoria analítica empregada transversalmente por distintos campos do conhecimento (das ciências naturais às artes visuais, da geografia à história, da arquitetura ao planejamento territorial) para articular temáticas concernentes ao desenvolvimento e à gestão tanto de espaços urbanos quanto rurais, abarcando dimensões de interesse coletivo. Tal conceito caracteriza-se por sua polissemia fundamental: embora mantenha vínculos com o natural, não se reduz à natureza; configura-se enquanto visualidade, porém distingue-se da ideia de cenário; manifesta-se no espaço circundante, sem equivaler ao meio ambiente; estabelece relações com o lugar, mas não se confunde com ele; inscreve-se na superfície terrestre, diferenciando-se, contudo, da própria geografia (Meining, 1979).

Para Augustin Berque, no livro *“La pensée paysagère”*, publicado originalmente em 1995, traduzido por Vladimir Bartalini e Camila Gomes Sant’Anna em 2023, a existência da paisagem não constitui, por si mesma, evidência de identidade entre o ato de pensar e a presença paisagística. O autor distingue duas modalidades cognitivas: o “pensamento sobre a paisagem”

³ As fases de crescimento do turismo no Nordeste anteriores ao Prodetur/NE podem ser sintetizadas em **três momentos principais**. O **primeiro** inicia-se com a criação da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE) e das primeiras ações das agências regionais, Banco do Nordeste (BNB) e Sudene, estendendo-se até o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que estabeleceu a valorização da orla marítima e do patrimônio histórico-cultural, elegendo o turismo como estratégia de desenvolvimento econômico regional. O **segundo** momento corresponde à formulação dos chamados “planos urbanístico-turísticos”, que visavam implantar equipamentos turísticos e de consumo coletivo ao longo do litoral nordestino, associados ou não ao uso residencial. Por fim, a **terceira fase** é marcada pelos impactos da globalização, que introduziu novas abordagens baseadas no desenvolvimento autossustentável e no apelo ecológico e cultural, elementos fundamentais para as agências transnacionais que passaram a influenciar as políticas públicas e os fluxos turísticos (Paiva, 2010, grifo nosso).

⁴ Processo coletado em visita de campo ao Escritório Técnico do IPHAN, R. Dr. Antônio Ricaldi, 39, Porto Seguro, BA, 45810-000. O documento de Tombamento também encontra-se disponibilizado em domínio público no sistema SEI-BAHIA.

e o “pensamento *paysager*”⁵. Enquanto o pensamento sobre a paisagem a reduz a objeto passível de representação linguística, o pensamento *paysager* prescinde de designações verbais, dado que não apenas existe desde tempos imemoriais, como também se materializou em intervenções concretas muito antes da emergência de qualquer reflexão teórica acerca da paisagem (Berque, 2023).

Berque (2023) sustenta que a emergência da preocupação com a paisagem ocorre proporcionalmente à intensificação de suas ameaças, lógica que se estende tanto ao meio ambiente quanto, conforme interpretações possíveis de sua obra, ao patrimônio arquitetônico. Nessa perspectiva, a objetificação da paisagem mediante o pensamento sobre ela poderia configurar-se como processo paradoxalmente nocivo, na medida em que se opõe ao pensamento *paysager* propriamente dito. Tal contradição se acentua pelo fato de que a paisagem, originalmente concebida no âmbito das elites letradas, correria o risco de descaracterização ao ser convertida em objeto de representação comum e desprovida de sua densidade conceitual originária.

Segundo Jean-Marc Besse, no texto “O gosto do mundo: Exercícios de paisagem”, originalmente publicado em 2009 e traduzido para o português em 2014, a polissemia inerente ao termo “paisagem” decorre de sua fragmentação disciplinar e da dispersão conceitual entre distintos campos profissionais e acadêmicos. O pesquisador identifica cinco “portas de entrada” (dimensões analíticas) que permitem compreender as problemáticas paisagísticas coexistentes no cenário contemporâneo: primeiramente, como representação cultural, explorada sobretudo pelo campo artístico; em segundo lugar, enquanto território construído historicamente pelas sociedades; como terceira acepção, na condição de sistema complexo no qual se articulam elementos culturais e naturais; adicionalmente, como espaço fenomenológico de experiências sensíveis; e, por fim, como lugar ou contexto onde se desenvolvem práticas projetuais (Besse, 2014).

Embora todas as dimensões mencionadas sejam relevantes, privilegia-se neste artigo a abordagem da paisagem como espaço fenomenológico de experiências sensíveis. Sob essa perspectiva, a exterioridade da paisagem pode ser apreendida por duas vias: a científica e a experiencial. Esta última mostra-se particularmente pertinente, uma vez que a paisagem manifesta-se primordialmente através da sensibilidade, constituindo-se como abertura às qualidades sensórias do mundo. Trata-se de uma relação direta, imediata e corpórea com os elementos materiais terrestres (água, ar, luminosidade e solo), aspectos que se oferecem aos cinco sentidos e mobilizam dimensões emocionais, configurando uma geografia afetiva capaz de reverberar as potências evocativas que os lugares exercem sobre a imaginação humana (Besse, 2014).

Conforme argumenta Corner (2006), tanto o conceito de paisagem quanto o campo disciplinar do paisagismo experimentaram significativa revalorização nos primeiros anos do século XXI. Tal

⁵ A expressão francesa “*Pensée paysagère*” é traduzida por Bartalini e Sant’Anna (2023) como “pensamento-paisagem”. Contudo, os autores adotam “pensamento *paysager*” como forma intermédia, por considerarem que preserva melhor a nuance conceitual proposta por Berque, sendo simultaneamente mais acessível do que manter o termo integralmente em francês. Para Berque, *paysager* designa um modo específico de pensar a partir da paisagem e com a paisagem, diferenciando-se do sentido comum indicado pelo Dicionário Larousse (2024), onde significa apenas “relacionado à paisagem”. Assim, este artigo adota o termo “pensamento *paysager*” para melhor refletir o conceito original.



renovação de interesse articula-se a três fatores convergentes: a expansão do pensamento ecológico em escala planetária, a emergência do ambientalismo como movimento sociopolítico relevante e a crescente preocupação com a salvaguarda das singularidades identitárias de distintas localidades, impulsionada pela intensificação das atividades turísticas globais.

Em sua reflexão, Berque (2023) destaca a assimetria perceptiva entre visitantes e habitantes na relação com a paisagem. Para o turista, a paisagem surge, sobretudo, como um objeto de fruição sensível e estética, apreendido de forma pontual e distanciada. Já para os residentes, ela constitui o horizonte existencial do cotidiano, o meio no qual se enraízam práticas, significações e modos de habitar. Nesse quadro, o autor mobiliza o conceito de “metabasismo” para designar a capacidade humana de transitar entre diferentes planos de realidade (o material e o simbólico, o natural e o cultural) e de, assim, constituir um meio que é simultaneamente físico e existencial. Tal noção sustenta a compreensão de que ser humano e meio não são entidades separadas, mas dimensões co-constitutivas mutuamente implicadas na produção da existência.

Berque (2023) identifica ainda uma “dupla amarra” que condiciona o ser humano a apropriar-se da paisagem mediante práticas de “natureza” paradoxal, exemplificadas pelo fenômeno turístico. Segundo o autor, particularmente a partir da modernidade, a apropriação paisagística deslocou-se progressivamente de um autêntico pensamento *paysager* para uma lógica predominantemente consumista, na qual a paisagem é reduzida a mercadoria ou bem de consumo desprovido de sua densidade existencial originária.

Tratando da paisagem urbana, é perceptível que a cidade turística é convertida em cenário e o patrimônio em produto estético, distante da memória coletiva e da vida cotidiana da população local. Essa lógica, pautada na valorização do espaço urbano, cria uma cidade “idealizada”, formatada para atender às expectativas do visitante, enquanto a cidade real e suas dinâmicas são relegadas ao plano secundário. A obra “Velhas Cidades e Nova Construção Urbana”, de Gustavo Giovannoni, escrito em 1913, traduzido por Kuhl (2013), de “Gustavo Giovannoni: textos escolhidos”, apresenta uma reflexão crítica sobre os impactos da modernização urbana nas cidades históricas, apontando os perigos da destruição de estruturas antigas em nome do progresso técnico e da funcionalidade moderna. Em Porto Seguro essa tensão se apresenta entre a preservação patrimonial e a valorização econômica do espaço urbano.

Giovannoni (2013) esclarece os efeitos da lógica utilitarista e especulativa sobre os centros históricos, enfatizando a perda da organicidade e da memória coletiva das cidades em favor de intervenções abruptas, geométricas e voltadas para o lucro, o caso de Porto Seguro revela como o patrimônio foi progressivamente ressignificado e transformado em um produto turístico. Desde a década de 1960, com a intensificação das ações do Estado no município, observa-se um processo de revalorização do espaço urbano, em que o centro histórico deixa de ser um lugar de vida cotidiana para se tornar vitrine estética e mercadoria cultural.

Para Cruz (2003), o espaço geográfico constitui-se como o principal objeto de consumo do turismo, o que implica uma característica fundamental dessa prática social: o turista precisa deslocar-se até o local onde o produto a ser consumido, o lugar turístico, é oferecido. Por essa razão, o turismo provoca transformações diretas em diferentes porções do espaço, afetando tanto os pólos emissores de fluxos quanto às áreas de deslocamento e, sobretudo, os núcleos receptores.



Ao relacionarmos essas ideias ao caso de Porto Seguro, percebemos paralelos diretos. A cidade, tombada em 1968 e impulsionada como polo turístico nas décadas seguintes, passou a vivenciar um processo de transformação que pode ser lido à luz das advertências de Giovannoni. A modernização da Cidade Alta e a criação de cenários “fachadistas” na Cidade Baixa refletem exatamente o que o autor critica: a conversão da cidade histórica em produto visual e comercial, guiado pela lógica do capital e pela busca de valor de troca em detrimento da função social e histórica do espaço urbano.

Esse processo é amplamente discutido por Vargas (2016), para quem a cidade turística é formatada segundo os imperativos do consumo. Em sua obra “Turismo, Arquitetura e Cidade”, Vargas demonstra como o espaço urbano é transformado em vitrine, e os elementos patrimoniais são apropriados como mercadorias simbólicas. A cidade torna-se, assim, palco de uma simulação de autenticidade, onde a diversidade cultural e a memória viva são substituídas por uma narrativa estética homogênea. A mercantilização do espaço implica a reestruturação urbana conforme os critérios de rentabilidade, com consequências diretas na exclusão social, na elitização e na padronização da experiência urbana.

No caso de Porto Seguro, observa-se que intervenções de valorização turística, como a requalificação da Passarela do Descobrimento, na Cidade Baixa, realizada pelo próprio IPHAN (entre 2021 e 2023), reforçam essa lógica de mercado (Figura 2). A cidade é planejada para o turista, não para seus habitantes. Isso se reflete na exclusão de práticas culturais locais, na substituição de espaços de convivência por zonas de consumo e no deslocamento de moradores para residir em áreas periféricas, evidenciando uma ruptura entre o patrimônio como memória viva e sua instrumentalização econômica.

A imagem criada para divulgação da cidade de Porto Seguro pode ser observada no site “Quinta do Sol Hotéis”. *Slogans* como “as praias mais bonitas do Nordeste”, “passe o dia em barracas estruturadas”, “e esse céu azul hein?”, “ah que cidade linda”, demonstram como a mídia mercantil transforma o bem cultural em valor comercial. Entre essas chamadas, destaca-se o *slogan* “valor histórico em cada parede”, que evidencia a apropriação do patrimônio como ferramenta de divulgação do município. Nesse discurso, o turista é convidado a revisitar um passado supostamente preservado por meio das construções históricas, sustentado por um cenário de caráter “fachadista”.

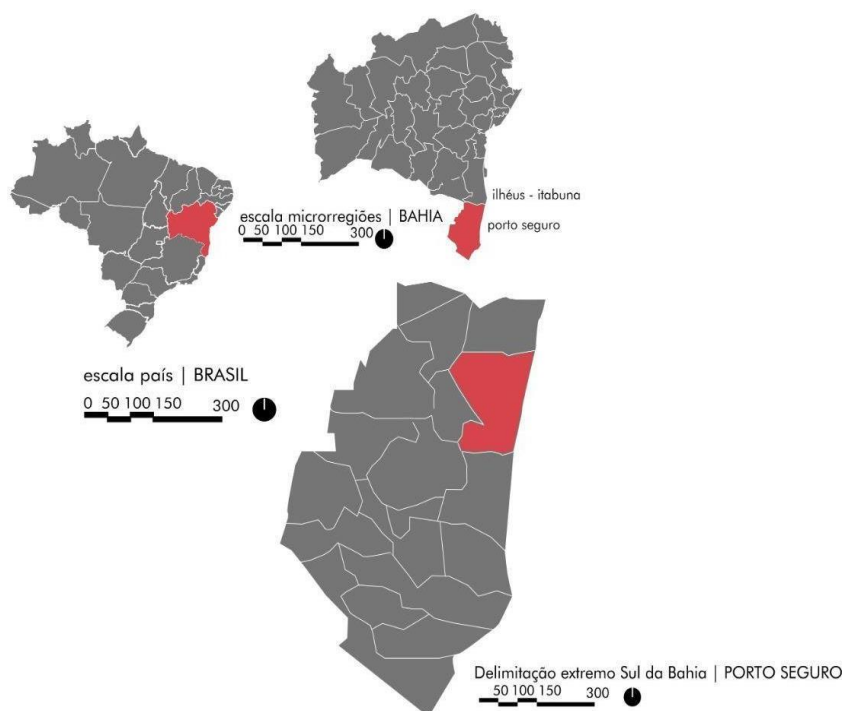
3 PORTO SEGURO: HISTÓRIA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E PAISAGEM URBANA

Porto Seguro encontra-se no extremo sul da Bahia (ver Figura 1), compondo a região de Ilhéus-Itabuna e a área adjacente de Eunápolis-Porto Seguro. A cidade é composta por cinco distritos: Porto Seguro (sede), Arraial d'Ajuda, Caraíva, Trancoso e Vale Verde. Mantendo a divisão territorial estabelecida em 2014. Porto Seguro possui uma população estimada de 167.955 habitantes, conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), suas terras são montanhosas, ramificações da serra dos Aimorés, e seu ponto mais elevado é o Monte Pascoal, com altura de 536m, com extensão de 3.540 Km² (IPHAN, Processo Nº 800-T-68, V.3).

A formação urbana de Porto Seguro seguiu uma trajetória marcada por transformações político-administrativas e tecnológicas significativas (Ramalho, 2014). Inicialmente estabelecida como

feitoria em 1500, a localidade foi elevada à condição de capitania em 1534⁶ e, posteriormente, transformada na Vila de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro em 1535. Em 1763, passou a ser comarca, até ser oficialmente reconhecida como cidade em 1891. Essas etapas refletem não apenas o avanço institucional sobre o controle do território, mas também a crescente importância estratégica e simbólica que a região assumiu ao longo dos séculos.

Figura 1: Mapa de localização de Porto Seguro



Fonte: Base cartográfica SEPLAN PMPS (2018). Garcia e Pereira (2025).

Com vistas à prosperidade da região, os primeiros núcleos de povoamento seguiram o modelo tradicional português de ocupação territorial, estruturado a partir de critérios defensivos e de controle do território. A cidade se estruturou em dois níveis: Cidade Alta e Cidade Baixa, com funções distintas, mas complementares (Ramalho, 2014). A Cidade Alta concentrava as funções administrativas, religiosas e residenciais da elite (com traçado português, edificações térreas e geminadas), além da praça Pero Campos Tourinho como núcleo central. Já a Cidade Baixa, próxima ao Rio Buranhém, reunia atividades comerciais e moradias populares, marcada por casas do tipo “porta e janela”⁷ e ocupação irregular em “V”. Inspiradas em modelos jesuíticos

⁶ “A divisão do Brasil em capitanias procurava um estímulo às inversões de capitais privados, condições para maior sucesso nas Índias. De fato, o conjunto de concessões feitas pela Coroa aos donatários não conseguiu atrair grupos significativos, ainda interessados no comércio com o Oriente. Os donatários e os primeiros colonos eram quase sempre figuras de importância relativa e os últimos, sobretudo, originários de ambientes mais modestos” (Reis Filho, 2000, p.19).

⁷ “Seja por influência do islamismo, seja, mais provavelmente pela adaptação ecológica, essas casas se caracterizam pela economia de aberturas. Em regra, a única abertura para a rua é a porta de entrada; para os fundos, além de uma porta pode ser encontrada uma ou mais janelas de pequenas dimensões [...] Tipo de casa adaptado em Portugal, onde recebe o nome de “casa de pescadores”, e no Brasil, de “casa de porta e janela” (Weimer, 2005, p.97-98).



do século XVI, essas áreas correspondem hoje ao centro histórico (Cidade Alta) e ao centro turístico (Cidade Baixa) de Porto Seguro.

Com vistas à prosperidade da região, os primeiros núcleos de povoamento seguiram o modelo tradicional português de ocupação territorial, estruturado a partir de critérios defensivos e de controle do território. Os aldeamentos foram estrategicamente implantados em altiplanos com acesso facilitado a portos seguros, favorecendo tanto a mobilidade quanto o escoamento de recursos. Essa organização inicial resultou na configuração de pólos regionais e aldeamentos missionários, distribuídos em dois núcleos principais: Cidade Alta e Cidade Baixa, separados por cerca de 2 km. Embora tenham surgido quase simultaneamente, a Cidade Alta manteve sua hegemonia até meados do século XIX (IPHAN, processo Nº 800-T-68, V.3).

A Cidade Baixa apresentava uma ocupação densa, evidenciada pelas coberturas em telhados cerâmicos justapostos ao longo da faixa de borda, seguindo o contorno da linha d'água (mar e rio), com reduzida presença de áreas verdes. Os espaços públicos, como largos e praças, eram escassos, e as áreas de convivência restringiam-se a algumas ruas parcialmente fechadas ao tráfego. Em contrapartida, a Cidade Alta mantinha ainda sua arquitetura colonial relativamente preservada, com densa massa vegetal funcionando como pano de fundo para as edificações históricas (IPHAN, processo nº 800-T-68, p. 39, v. 3).

Seu acervo arquitetônico e paisagístico remete diretamente à formação da identidade nacional, o que levou o IPHAN a tombar, em 1968, o conjunto da Cidade Alta. A área definida para proteção correspondia a um quadrado de 800 metros de lado⁸, tendo como centro a Casa de Câmara e Cadeia, ampliando essa proteção em 1973 para abranger o município como um todo, reconhecido como Monumento Nacional pelo Decreto nº 72.107, de 18 de abril de 1973. O objetivo do tombamento era preservar os remanescentes arquitetônicos da antiga capitania, civis, religiosos e militares⁹, como parte da própria história urbana de Porto Seguro. A proposta buscava proteger a composição plástica do conjunto, bem como a integridade volumétrica dos edifícios tombados e os detalhes urbanos presentes no sítio.

No entanto, desde o final da década de 1970, paralelamente a esse processo de reconhecimento patrimonial, o município passou a integrar o circuito de interesse do turismo nacional¹⁰, dando início a uma série de intervenções voltadas à reabilitação urbana e à promoção turística com a apropriação da paisagem e do patrimônio. Segundo Cruz (2003, p.10), “De forma bastante simplificada, podemos dizer que paisagens são a porção visível do espaço geográfico e, por isso, desempenham importante papel na constituição dos lugares turísticos e no direcionamento dos fluxos turísticos”.

Na década de 1990, Porto Seguro consolidava-se como o segundo maior polo turístico do estado da Bahia, com uma quantidade de leitos que já superava os mesmos indicadores da capital

⁸ “Este quadrado tem seus lados paralelos às direções N-S e L-O. Como definição teria desde o sopé da encosta Sul, da elevação sobre a qual foi implantado o povoado até o Rio da Vila, em direção Leste-Oeste, estende-se desde a praia, incluindo a encosta e a antiga fortificação, até 400m a oeste do Paço Municipal” (IPHAN, Processo Nº 800-T-68, p.71, v1).

⁹ “Nos primeiros trinta anos de sua atuação, o IPHAN se destacou nas atividades de defesa dos bens culturais isolados, principalmente das edificações religiosas, militares e civis” (Sena, 2008, p.4).

¹⁰ “O turismo, entendemos, é, antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo” (Cruz, 2003, p. 5).



Salvador (Bispo, 2020). A implantação da atividade turística no município foi resultado de estratégias político-institucionais conduzidas pelo Estado, em parceria com a iniciativa privada, no contexto do desenvolvimento da Costa do Descobrimento, sendo Porto Seguro o primeiro polo atendido pelo Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA)¹¹. “A cidade foi escolhida pela demanda já consolidada e pelo simbolismo das comemorações dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil” (Bispo, 2020, p.47).

De acordo com Bispo (2020), é possível distinguir, no espaço urbano da sede, três grandes áreas com dinâmicas distintas: a orla marítima, o centro e o complexo do Baianão. A primeira abriga grande fluxo turístico e infraestrutura especializada, com condomínios fechados ocupados por classes médias e altas. O centro, com origem em uma antiga vila de pescadores, apresenta um espaço heterogêneo, habitado por moradores nativos e migrantes, concentrando também atividades comerciais. Já o complexo do Baianão, marcado por ocupação recente, surgiu a partir de processos de ocupação irregular do solo urbano, expandindo-se sobre áreas sensíveis, como os manguezais, revelando os contrastes e desafios da urbanização contemporânea de Porto Seguro.

4 A APROPRIAÇÃO MERCADOLÓGICA DA PAISAGEM E DO PATRIMÔNIO NA PROMOÇÃO TURÍSTICA EM PORTO SEGURO (1957-2023)

As ideias de modernidade, progresso e desenvolvimento atreladas à apropriação do patrimônio e da paisagem passam a figurar com maior intensidade no discurso oficial sobre Porto Seguro a partir da década de 1950. Nesse período, ocorrem os primeiros anúncios de planos, projetos e estratégias voltados à revitalização dos monumentos históricos da cidade, tendo como principal objetivo sua transformação em uma “cidade-museu” e, posteriormente, em um dos “maiores polos turísticos da América Latina”.¹² Em 1º de outubro de 1957, na presidência de Juscelino Kubitschek, o então prefeito Adelar Maria de Andrade encaminha ao Ministério da Educação e Cultura um pedido de auxílio, justificando a solicitação como incentivo ao “progresso” do município. Nesse documento já é possível perceber a articulação entre patrimônio e turismo, como demonstrado na seguinte passagem: “todas as igrejas exprimem uma remota época arquitetônica e são possuidoras de belíssimas imagens [...], que têm sido muito admiradas pelos turistas e visitantes que ali chegam frequentemente”. (IPHAN, Processo Nº 800-T-68, p.5 V.1).

A apropriação do patrimônio histórico e da paisagem como instrumentos de divulgação e reabilitação do município de Porto Seguro fortaleceu-se ao longo da década de 1960. Nesse contexto, a cidade continua a ser descrita como “a única cidade do Brasil que, tratada com carinho, possa extrair dos lábios do visitante uma exclamação ante sua beleza ímpar”, destacando suas “panorâmicas praias encantadoras” e seu “casario colonial barroco”,

¹¹ “O PRODETUR-BA surgiu no mesmo ano e em 1992 foi finalizado o documento oficial da sua proposta de financiamento. Assim sendo, o Governo da Bahia contratou consultorias especializadas de reconhecimento nacional que estabeleceram as diretrizes do programa, estabelecendo-se sete zonas prioritárias: Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacao, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina” (Bispo, 2020, p.47).

¹² Atribuições de qualidade dados à cidade de Porto Seguro nos autos dos processos, com objetivo de transformar a cidade em Monumento Nacional e um polo turístico (IPHAN, Processo Nº 800-T-68, p.52, v1).

elementos que a consagrariam como um dos mais expressivos centros de visitação do país e um verdadeiro museu a céu aberto (IPHAN, Processo Nº 800-T-68, p.54-63, v1).

Com o objetivo de “gerir e organizar” o município, em 1966, já no regime militar, foi desenvolvido um relatório pela Interventoria Federal de Porto Seguro¹³. Ao final do relatório, a associação entre patrimônio, paisagem e turismo torna-se evidente. A cidade é descrita como “museu vivo da pátria” e “berço do Brasil, Porto Seguro”, justificando-se, assim, sua proteção como um “ato de mais alto patriotismo” (IPHAN, Processo Nº 800-T-68, p.58, v1). Essa iniciativa reforça a articulação entre patrimônio histórico, paisagem e turismo, estabelecendo a base para um processo de espetacularização dos lugares, um fenômeno no qual os agentes sociais se apropriam do território e da natureza como recursos a serem consumidos (Martins, 2019).

Ainda em 1966, um marco decisivo para a institucionalização do turismo no Brasil foi a criação da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), por meio do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, no governo de Castelo Branco. Com a criação do Conselho Nacional de Turismo, consolidou-se uma política nacional voltada à organização e ao desenvolvimento do setor, em consonância com a continuidade do modelo desenvolvimentista assumido pelos militares. A Embratur passou a produzir dados, realizar estudos e incentivar ações através de benefícios fiscais e eventos como o I Encontro Nacional do Turismo (1967).

É nesse cenário que se insere o plano turístico elaborado pelo arquiteto Ronald Lago em 1966, cujo projeto, considerado um “ciclo novo para o Brasil”, propunha a recuperação e conservação dos monumentos históricos por meio da supervisão do Patrimônio Histórico Nacional, seção Bahia. A proposta incluía, ainda, o planejamento urbano voltado ao embelezamento da cidade, com o intuito de proporcionar ao visitante experiências de “enlevo, cultura, arte e tranquilo repouso” (Processo Nº 800-T-68, p.61, v1).

Em 1967, ocorre a primeira divulgação oficial de Porto Seguro com fins turísticos em âmbito nacional. A campanha, promovida pela Porto Seguro Divulgação e Turismo (PSDT), anunciava: “Porto Seguro: divulgação e turismo (PSDT): tem a súbita honra de convidar V. Exa. e Exma. família a participarem da excursão a Porto Seguro – onde nasceu o BRASIL, em pleno século XX, um passeio pelos séculos XVI, XVII e XVIII” (IPHAN, Processo nº 800-T-68, p. 26, v.1). A proposta consistia em valorizar a associação entre paisagem e patrimônio histórico por meio de visitas ao Bosque de São Francisco, apreciação das “mais belas praias baianas” e contato direto com os moradores nativos.

A partir dessa institucionalização da atividade turística, a gestão municipal passou a alimentar discursos simbólicos em torno do “berço do descobrimento”, apropriando-se de ícones históricos e culturais como forma de impulsionar o turismo (Bispo, 2020). Um exemplo claro desse processo é o *folder* produzido em 1979, na presidência de Ernesto Geisel, pela Secretaria de Turismo, com o *slogan*: “Comece a conhecer o Brasil por onde o Brasil começou, comece por Porto Seguro”. A imagem utilizada, representando o porto, as embarcações, a Cidade Alta e o forte mirando o horizonte, revela a intenção de promover um imaginário voltado para a

¹³ “Em 1 de setembro de 1966, Jhonatas da Rocha Ribeiro, 1º Tenente da Reserva Naval do Brasil, tomou posse como interventor da cidade de Porto Seguro, pelo Decreto de 28 de junho de 1966, pelo então Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco” (IPHAN, Processo Nº 800-T-68, p.22, v1).

construção de um futuro baseado na exploração do passado e da paisagem como mercadoria cultural, transformando a cidade em um lugar turístico¹⁴.

No município, a apropriação do patrimônio histórico e da paisagem urbana como mercadoria cultural torna-se particularmente evidente na Avenida do Descobrimento, localizada na Cidade Baixa. Como observa Arantes (2001), a via antes marcada por uma dinâmica mais tranquila foi transformada em um polo comercial e turístico. Popularmente conhecida como “Passarela do Álcool” e, oficialmente, como “Passarela da Cultura”, concentra bares, restaurantes e lojas de artesanato. Para acomodar esses novos usos, muitas edificações históricas tiveram seus interiores substituídos por grandes galpões, preservando-se apenas as fachadas, frequentemente recobertas por revestimentos cerâmicos atuais que não condizem com os materiais originais. A apropriação do patrimônio histórico também se evidencia na denominação de diversos estabelecimentos comerciais. Exemplos como “Terra Brasilis”, “Restaurante Pizzaria A Terra Mãe Brasil”, “Nativa Cachaçaria e Pimentaria”, “Casarão Adega Bistrô” e “Pousada Jardim Brasil” demonstram como referências simbólicas à história e à identidade nacional são utilizadas como estratégia de atração turística e valorização comercial (ver Figura 2).

Com a expansão da atividade turística na década de 1980, diversos planos, decretos e legislações municipais passaram a ser implementados com o objetivo de salvaguardar, organizar e preservar o patrimônio histórico, cultural e ambiental de Porto Seguro através do ordenamento territorial. Entre as principais iniciativas estão a rerratificação da poligonal de tombamento (1985), fruto de parceria entre a CEAB/UFBA, a Prefeitura Municipal de Porto Seguro, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e o IPHAN; o Plano Diretor de 2006; o Plano Diretor Participativo de 2019; o Código de Obras de 2020; além da criação do Museu Aberto do Descobrimento (MADE)¹⁵, em 1999. Mais recentemente, destaca-se o projeto do IPHAN, iniciado em 2021 e concluído em 2023, intitulado “*Engenhos Publicitários dos imóveis da Passarela do Descobrimento, Porto Seguro/BA*”. Embora todos esses instrumentos tenham sido concebidos com a finalidade de preservar o município, concentramos a análise no projeto mais recente. Apesar de seu discurso preservacionista, ele acaba por promover a criação de cenários fachadistas voltados ao turismo, transformando a cidade e seu patrimônio histórico em mercadoria.

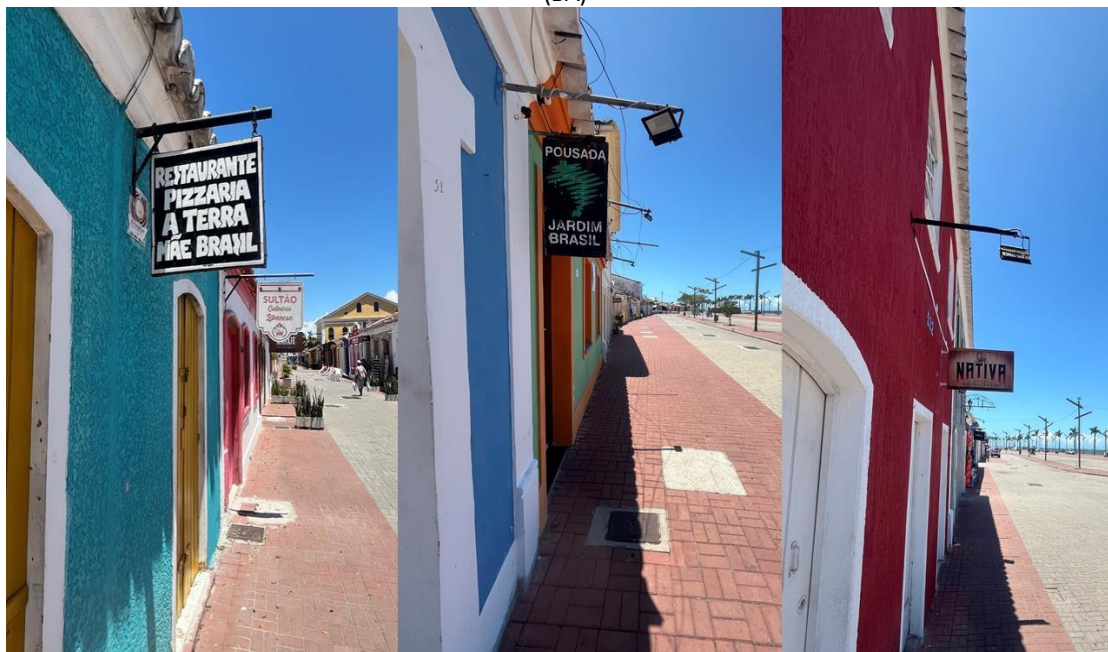
O IPHAN elaborou, em 2021, o projeto Engenhos Publicitários dos Imóveis da Passarela do Descobrimento, Porto Seguro/BA, fundamentado na Nota Técnica nº 05/2013-IPHAN/BA, que define critérios para a veiculação de publicidade em centros históricos da Bahia. A iniciativa, concluída em fevereiro de 2023, contemplou 158 imóveis, buscando orientar intervenções e promover a preservação do casario histórico. Porém, a partir da transformação do espaço

¹⁴ “É uma expressão utilizada tanto para se referir a lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos” (Cruz, 2003, p.7).

¹⁵ Na perspectiva de conservar, promover e explorar, de maneira qualificada, os elementos históricos, culturais e naturais do sítio histórico, foi instituído pelo Decreto Federal nº 1.874/1996, o Museu Aberto do Descobrimento (MADE) responsável por valorizar a paisagem garantindo a participação ativa das comunidades residentes. Abrangendo aproximadamente 1.200 km² e 78 km de litoral, o MADE engloba áreas de preservação ambiental, zonas turísticas, terras indígenas e sítios arqueológicos e históricos nos municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Prado, reunindo um conjunto territorial de grande relevância simbólica e patrimonial (Arantes, 2001).

público em vitrine, o projeto promoveu a reabilitação da área, buscando desenvolver um corredor cultural para gerar cenários agradáveis para o turista, como defende Vargas (2016).

Figura 02: Colagem dos estabelecimentos comerciais presentes na Av. do Descobrimento, Porto Seguro (BA)



Fonte: Charles Pereira (2024).

Ao examinar o processo de apropriação da paisagem natural e urbana de Porto Seguro à luz dos conceitos elaborados por Berque (2023), observa-se que, após a colonização do território convertido em símbolo da invasão portuguesa no Brasil, o pensamento *paysager* cultivado pelos povos originários que habitavam a região foi progressivamente suplantado pelo pensamento sobre a paisagem. Tal deslocamento intensificou-se particularmente a partir da segunda metade do século XX, quando o mercado passou a intervir de modo sistemático, convertendo a narrativa histórica inscrita tanto na natureza quanto no patrimônio arquitetônico em substrato para a geração de capital, operando assim uma instrumentalização da paisagem como mercadoria turística.

Ainda em diálogo com Berque (2023), torna-se evidente que a paisagem urbana de Porto Seguro, cuja salvaguarda efetiva demorou a receber atenção dos órgãos responsáveis, mesmo diante do vasto acúmulo normativo nacional e internacional voltado ao patrimônio, passou por um processo de revalorização apenas quando as ameaças à sua preservação se intensificaram e, sobretudo, quando seu potencial como ativo econômico ganhou destaque após o tombamento e a ampla divulgação nacional da cidade. Tal valorização estrutura-se prioritariamente através da exploração turística ancorada na construção simbólica do município como "berço do Brasil", convertendo a narrativa fundacional em produto de mercado e instrumentalizando a paisagem como fonte de acumulação de capital.

Essa apropriação da paisagem natural e urbana articula-se diretamente com a dimensão da paisagem como espaço fenomenológico de experiências sensíveis, conforme Besse (2014). A via experiencial constitui o principal recurso de promoção turística mobilizado para atrair visitantes, oferecendo-lhes a possibilidade de vivenciar simultaneamente o lugar simbólico da colonização brasileira e usufruir de elementos naturais marcantes (como praias e morros), que compõem a singularidade da paisagem local. Assim, a estratégia promocional opera mediante a articulação



entre memória histórica e fruição estética da natureza, configurando uma experiência sensorial multidimensional.

A estratégia promocional fundamentada na paisagem natural e no patrimônio histórico de Porto Seguro mediante a via experiencial também pode ser interpretada à luz do conceito de "dupla amarra" proposto por Berque (2023). Tal mecanismo condiciona o ser humano a experienciar a paisagem primordialmente através da lógica consumista, empobrecendo sua relação com as paisagens cotidianas, as quais, por efeito de normalização perceptiva, deixam de ser valorizadas. Consequentemente, paisagens de localidades como Porto Seguro convertem-se em objetos de desejo e metas de fruição, deslocadas do âmbito da vivência para o registro do consumo turístico, reforçando assim a mercantilização da experiência com a paisagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da compreensão dos processos históricos, das transformações urbanas e das tensões entre turismo, paisagem e patrimônio observadas em Porto Seguro, evidencia-se a urgente necessidade de fortalecer políticas públicas e instrumentos legais eficazes para a preservação do patrimônio histórico, cultural, ambiental e paisagístico do município. A cidade, enquanto símbolo da história brasileira e Monumento Nacional desde 1973, vem sendo progressivamente submetida a processos de descaracterização, impulsionados por interesses econômicos e dinâmicas turísticas predatórias, que negligenciam a arquitetura original e os valores simbólicos do território. A salvaguarda do patrimônio de Porto Seguro, portanto, depende da conciliação entre desenvolvimento socioeconômico e preservação de diversos componentes: ambientais, arquitetônicos, culturais, entre outros.

Com base na revisão bibliográfica nos campos da paisagem, do patrimônio histórico e do turismo, constata-se que Porto Seguro constitui município dotado de significativo potencial para a fruição e apreciação de uma paisagem que articula elementos naturais e históricos de notável relevância tanto para o bioma Mata Atlântica quanto para a memória nacional brasileira. Contudo, a preservação desse potencial exige que as atividades turísticas não sejam priorizadas de modo a comprometer a integridade memorial e a qualidade ambiental do município, sendo fundamental estabelecer equilíbrio entre exploração econômica e salvaguarda dos valores sociais, paisagísticos, ecológicos e patrimoniais que conferem singularidade ao território.

Torna-se imprescindível não apenas atualizar os instrumentos de proteção, como a urgente necessidade de desenvolver um instrumento que seja publicado em portaria para a devida fiscalização e preservação do conjunto histórico tombado, com a criação dos critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico, além de regulamentar as intervenções nessa área protegida em âmbito federal, garantindo sua efetiva implementação, com participação comunitária, fiscalização ativa e articulação interinstitucional.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antônio A. **Museu Aberto do Descobrimento: guia cultural**. Campinas: Andrade & Arantes Ltda., 2001.
- BERQUE, Augustin. **O pensamento-paisagem**. Tradução de Vladimir Bartalini e Camila Gomes Sant'Anna. São Paulo: EDUSP, 2023. ISBN 978-6557851227.
- BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: Exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. ISBN 978-85-7511-339-4.
- BISPO, Aline Santos. **Dimensões da prática do turismo na cidade de Porto Seguro e os reflexos na vida da população residente**. Porto Seguro, 2020. 114 f.
- CORNER, James. Terra Fluxus. In: WALDHEIM, Charles (ed.). **The Landscape Urbanism Reader**. New York: Princeton Architectural Press, 2006. p. 21–33.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do nordeste do Brasil**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2003.
- GIOVANNONI, Gustavo. **Velhas cidades e nova construção urbana**. In: KUHL, Beatriz (org.). Gustavo Giovannoni: textos escolhidos. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. p. 111-136.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). **Cidades e Estados: Porto Seguro – BA**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/porto-seguro.html>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Processo nº 800-T-68**. Vols. 1 a 4. Arquivo técnico do IPHAN.
- LAROUSSE. **Le Petit Larousse Illustré**. Paris: Larousse, 2024.
- MARTINS, K. S. **Identidades E Territorialidades Construídas Nos Bairros Campinho E Baianão Em Porto Seguro E Suas Cartografias De Vida**. 2019. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estado e Sociedade, Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 2019.
- MEINIG, D. W. (org.). **The Interpretation of Ordinary Landscapes: Geographical Essays**. New York: Oxford University Press, 1979.
- PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venâncio. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 44, p. 197-213, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tgLnTF4hqbrvw4tjk766dB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- QUINTA DO SOL **HOTÉIS**. **50 fotos de Porto Seguro para você se apaixonar pela cidade**. 2023. Disponível em: <https://hoteisquintadosol.com/fotos-porto-seguro/>. Acesso em: 1 ago. 2023.

RAMALHO, Lucemar Franco. **A casa de Porto Seguro: estudo da morfologia da casa portuguesa no Brasil**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Artes, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500/1720**. São Paulo: Pini. 2000.

SENA, Tatiana da Costa. **A atribuição de valor nas práticas de preservação do patrimônio**. ENECULT 2008: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008, Salvador. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2008/14298-04.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

VARGAS, Heliana Comin. **Turismo, arquitetura e cidade**. Salvador: EDUFBA, 2016.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966**. Cria a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 1966.

BRASIL. **Decreto nº 72.107, de 18 de abril de 1973**. Declara o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia, como Monumento Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1973.

Brasil. **Decreto Federal nº 1.874/1996, de 22 de abril de 1996**. Define e delimita a área correspondente à primeira descrição geográfica do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1996/D1874.htm. Acesso em: 29 maio 2025.

Brasil. **Nota Técnica nº 05/2013-IPHAN/BA, de 10 de março de 2013**. Define critérios para a veiculação de publicidade em centros históricos da Bahia. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 29 de maio de 2025.